

**Acordando de sonhos intranquilos: a inteligência artificial,
o jornalismo e a comunidade LGBTQIA+**

**Despertando de sueños inquietantes: la inteligencia artificial,
el periodismo y la comunidad LGBTIQIA+**

**Awakening from uneasy dreams: artificial intelligence,
journalism and the LGBTQIA+ community**

Francisco de Assis

Doutor em Comunicação Social. Professor do curso de Jornalismo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), em São Paulo. E-mail: francisco@assis.jor.br.

Submetido em: 21 mar. 2024

Aprovado em: 12 ago. 2024.



Creative Commons



Atribuição



Não comercial



Compartilha igual

<https://br.creativecommons.net/licencas/>

Resumo

Ensaio voltado a problematizar a relação entre inteligência artificial e jornalismo e suas implicações na abordagem de grupos minorizados, com foco na comunidade LGBTQIA+. A discussão é tecida à luz da obra marxiana e situa o trabalho dos jornalistas no contexto do capitalismo. A partir do exame de dados recentes sobre expectativas do campo jornalístico quanto às mais novas tecnologias digitais, evidencia-se que os dados processados sem intervenção humana tendem a atender ao fetichismo da mercadoria, mas a gerar conteúdos enviesados e potencialmente reprodutores de preconceitos e silenciamentos que atingem principalmente quem está à margem do sistema.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Jornalismo; Comunidade LGBTQIA+; Grupos Minorizados; Capitalismo.

Resumen

Ensayo dedicado a problematizar la relación entre inteligencia artificial y periodismo y sus implicaciones en el abordaje de grupos minoritarios, con foco en la comunidad LGBTQIA+. La discusión se basa en la obra marxiana y sitúa el trabajo de los periodistas en el contexto del capitalismo. A partir del examen de datos recientes sobre las expectativas del campo periodístico respecto de las más nuevas tecnologías digitales, se verifica que los datos procesados sin intervención humana tienden a servir al fetichismo de la mercancía, pero a generar contenidos sesgados y que potencialmente reproducen prejuicios y silenciamientos que afectan principalmente a quienes se encuentran en los márgenes del sistema.

Palabras clave: Inteligencia Artificial; Periodismo; Comunidad LGBTQIA+; Grupos Minoritarios; Capitalismo.

Abstract

This essay aims to problematize the relationship between artificial intelligence and journalism and its implications for the treatment of minority groups, with a focus on the LGBTQIA+ community. The discussion is framed in light of Marx's work and situates the work of journalists in the context of capitalism. An examination of recent data on the journalistic field's expectations of the latest digital technologies reveals that data processed without human intervention tends to meet the commodity fetishism but generate biased content and potentially reproduce prejudices and silences that primarily affect those on the margins of the system.

Keywords: Artificial Intelligence; Journalism; LGBTQIA+ Community; Minority Groups; Capitalism.

Preâmbulo

A novela mais conhecida de Franz Kafka (1883-1924), *A metamorfose*, se desenrola a partir da transformação de seu protagonista em um “inseto monstruoso”, processo que o levou a experimentar três sentimentos sequenciais desferidos pelo círculo familiar: num primeiro momento, o medo da situação desconhecida; depois, um parcial assentimento, negociado mediante sua exclusão do mundo exterior; e, por fim, o ódio, com o desejo de se livrar do ente, já considerado um peso desnecessário. Desde a manhã em que acordou de “sonhos intranquilos”, Gregor Samsa teve de encarar as incertezas comuns a situações em relação às quais o repertório existente não basta para enfrentá-las (Kafka, 1997, p. 7). O texto é de 1912.

Saltamos mais de um século e chegamos a 2024. O longo tempo transcorrido entre a ficção kafkaniana e a realidade social do século XXI não alterou a percepção de que o novo inevitavelmente provoca estranheza. Mais ainda, desperta sentimentos adversos, nem sempre condizentes com o espírito solidário e aberto à multiplicidade que se espera ser parâmetro das sociedades, especialmente das democráticas. A expansão da inteligência artificial (IA) se apresenta, por agora, como um desadormecer tumultuado, com dúvidas quanto a seu futuro e, mesmo, quanto ao presente.

O debate sobre a incidência da IA no cotidiano e, precisamente, em certos campos – caso do jornalismo – não é novidade. Há mais de uma década, a questão tem sido levantada em escala ascendente (Teixeira, 2009; Kaufman, 2018). A recente ênfase, contudo, se deve ao rápido avanço da inteligência artificial generativa, capaz de produzir conteúdo codificado, com linguagem baseada em dados e programada segundo parâmetros probabilísticos. Aos motivos de tamanha exposição se soma o largo alcance de dispositivos como o ChatGPT, disponibilizado gratuitamente pela empresa estadunidense OpenAI, em novembro de 2022. Em razão dos usos desse *chatbot*, que se expressa textualmente sobre quaisquer temas e em vários idiomas, além de gerar imagens em sua versão paga, diversos setores entraram em polvorosa, a ponto de, no primeiro trimestre de 2023, o Future of Life Institute publicar uma carta aberta¹, assinada por cientistas, intelectuais e outros apoiadores, solicitando a suspensão temporária das pesquisas no segmento (Pause..., 2023). Ao reivindicar tal pausa – a qual poderia servir para “desenvolver protocolos de segurança abertos e compartilhados” e para estabelecer “políticas públicas que levem a sistemas de governança da IA” (Markun; Markun, 2023, online) –, o manifesto revelou a obscuridade acerca de possíveis sequelas sociais decorrentes de ferramentas como o ChatGPT.

Trata-se de cenário complexo. A nosso ver, menos pelas possibilidades da IA que pelos interesses envolvidos. As discussões, aliás, em boa parte tecnocentradas, recorrentemente ignoram os ditames que definem o lugar dos aparatos digitais na sociedade. À sombra de termos que fazem vista (“inovação”, “tecnologia de ponta”, “*high tech*”, etc.) e do deslumbramento diante desse cenário – componentes do fetichismo da mercadoria, segundo a concepção de Karl Marx (2017, p. 146-158) –, subjazem, por vezes protegidos de críticas incisivas, os mecanismos que operam não em favor do coletivo, mas do seletivo grupo dos donos dos meios de produção, garantindo a permanência da acumulação capitalista. (Fica evidente que o pedido de pausa nas pesquisas, há pouco mencionado, teve intuito meramente retórico, uma vez que dificilmente as grandes potências interessadas no seu desenvolvimento desistiriam de seguir em frente com projetos assentados na lógica de um sistema para o qual pouco importa se a IA representa qualquer risco à humanidade².)

Neste ensaio, apoiado em bibliografia crítica e na observação das movimentações em torno do tema, buscamos problematizar a apropriação da IA pelo jornalismo, especialmente no que

¹ Carta publicada em 22 de março de 2023. Até 9 de março de 2024 contava com 33.708 assinaturas.

² O manifesto argumenta, literalmente, que “a IA avançada pode representar uma mudança profunda na história da vida na Terra” (Pause..., 2023, online, tradução nossa).

diz respeito a suas implicações no tratamento de pautas relacionadas a grupos minorizados – com particular atenção à comunidade LGBTQIA+³ –, de forma a traçar um breve estado da arte. A escolha do recorte está alinhada aos nossos interesses de pesquisa e a um projeto em curso. Ademais, justifica-se em razão de a população em foco ser alvo de constantes ataques, especialmente de alas conservadoras da sociedade (Biroli, 2020), e de discursos distorcidos, aos quais precisamos nos voltar com postura vigilante e responsabilidade, a fim de encontrar formas de resistência e de proteção dos direitos fundamentais. Nossa intenção, por isso mesmo, é discutir a relação entre tecnologia, práticas jornalísticas e diversidades, de modo a evidenciar aspectos, como antecipado, às vezes inibidos por reflexões limitadas às potencialidades da técnica.

Partimos do princípio de que o cumprimento desse objetivo não pode prescindir de diagnóstico lúcido sobre o processo histórico. Daí recorreremos ao pensamento lógico-dialético para o exame das aplicações da IA, especialmente por miramos um campo como o jornalismo, cujas movimentações incidem sobre outros campos e, no limite, sobre todo o mundo social. Estamos de acordo com Lígia Márcia Martins (2019, p. 35): na “unidade sujeito/objeto”, a ser compreendida além da superfície imediata, residem práticas construídas por “entrelaçamentos de subjetividades objetivadas e objetividades subjetivadas”, razão da “impossibilidade de juízos neutros na construção do conhecimento”. É como ensejamos proceder.

Jornalismo e IA: o que esperar?

Jornalismo e tecnologia sempre mantiveram aproximação estreita. O próprio nascimento da imprensa periódica, no século XVII, deriva dos recursos técnicos disponíveis – isto é, da prensa de Gutenberg, em operação desde o século XV. Seu posterior desenvolvimento também esteve alinhado aos avanços tecnológicos, especialmente ao longo do século XX (Marques de Melo, 2012, p. 166). Essa assertiva é importante para situar que o uso da IA generativa, assim como de qualquer recurso digital, por parte dos jornalistas, repete movimentos que o campo jornalístico já experimentou ao longo de sua existência.

Pela subsunção ao capital (Figueiredo, 2019) – isto é, sua incorporação ao capitalismo, de maneira análoga ao que se dá com os meios e os instrumentos produtivos –, a atividade jornalística, não obstante trabalho intelectual, opera em seus termos e assimila aspectos que se firmam em tal contexto, o que inclui certos *modi operandi* ajustados à racionalidade da época. Logo, não é de causar espanto que a centralidade atribuída à tecnologia – marca dos nossos dias – se converta em critério de atuação de jornalistas, sobrepondo-se até mesmo à deontologia que os guia (ou, ao menos, deveria guiá-los) em seu cotidiano profissional, porque, no limite, o que se busca nesses casos é a manutenção da atividade dentro do sistema, e não em oposição a ele. Como nos indica César Bolaño (2002, p. 70), nesta “etapa de desenvolvimento capitalista⁴, o processo de expropriação, por assim dizer, do saber torna-se recorrente, pois, na chamada economia do conhecimento, a produção do valor passa sempre necessariamente por um momento de criação intelectual”.

Há de se considerar, ainda, que, sendo mercadoria, o produto jornalístico tem em si os valores de uso e de troca característicos de qualquer artefato à venda. Se aceitarmos, com Ciro Marcondes Filho (2009, p. 94 e 99), que “o valor de uso da mercadoria notícia é [...] somente meio para a realização do seu valor de troca” e que “a aparência do valor de uso no jornalismo leva-o necessariamente a ‘sensacionalizar’ a vida política, econômica e social de determinada

³ Sigla correspondente a lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, transexuais e travestis, queers, pessoas intersexo, assexuais e demais expressões de gênero e sexualidade.

⁴ Bolaño (2002, p. 75) afirma que esta etapa é a da “economia fundada sobre o conhecimento”, termo que extrai de Dominique Foray e que, em suas palavras, “não é outra coisa senão uma nova etapa do sistema em que [...] determinadas tendências se radicalizam, atingindo um certo ponto de maturidade”.

formação histórica”, reconheceremos que a adoção de recursos tecnológicos, muitas vezes sem propósitos alinhados à sua natureza, nada mais oferece que uma “embalagem”, responsável por preencher expectativas geradas em sua própria dinâmica, alinhada ao sistema – podemos até dizer, aqui, à “indústria cultural” (Adorno; Horkheimer, 1985), da qual o jornalismo é parte.

A incorporação da IA à atividade jornalística se insere nesse cenário⁵ e se revela como forma de lhe atribuir valor e mais-valor (Marx, 2017, p. 161). Em certo sentido, isso aparece nos recentes documentos que aproximam tais ferramentas ao trabalho da imprensa. O relatório com prognósticos para 2024 elaborado pelo Reuters Institute for the Study of Journalism⁶, sob coordenação de Nic Newman (2024, p. 3, tradução nossa), destaca, logo nas primeiras linhas, que “o poder disruptivo da inteligência artificial [...] irá varrer o espaço da informação este ano, num momento de intensa volatilidade política e econômica em todo o mundo”. Dos diversos pontos elencados, vale destacar seis deles:

- (1) os editores consultados pelo Reuters Institute reconhecem a inserção da inteligência artificial nas práticas jornalísticas, observando com reservas dois aspectos: “a confiança e a proteção da propriedade intelectual”; no entanto, veem vantagens em “automação de *back-end*” (apontado por 56% dos entrevistados) – principalmente para transcrição de áudios e edição de textos –, “sistemas de sugestão” (37%), “criação de conteúdo com supervisão humana” (28%), “usos comerciais” (27%), “codificação” (25%) – que promove “ganhos de produtividade muito grandes” – e apuração (22%), que inclui investigação e verificação de fatos (Newman, 2024, p. 27, tradução nossa);
- (2) até o momento, veículos jornalísticos assumem ter experimentado a IA nestas frentes: a) versões resumidas (rápidas) de textos – *snabbversions*, em inglês –; b) elaboração de títulos; c) edição de textos e transcrições de áudio; d) tradução; e) geração de imagens; f) apresentação e leitura de textos em mídias sonoras, com uso de voz artificial; e g) criação de portais noticiosos, como é o caso do *NewsGPT*⁸, um serviço experimental que se apresenta como uma plataforma livre do “preconceito humano” e que tem como lema a inscrição “A verdade não humana”⁹;
- (3) há especial preocupação com as eleições de 2024, que ocorrerão em vários países, especialmente com “a forma como essas novas tecnologias poderão ser utilizadas por políticos e ativistas – bem como por possíveis ‘maus atores’ externos que procuram influenciar os resultados [das urnas]”; o temor maior é que os conteúdos fraudulentos gerados por IA abalem a confiança nos meios de comunicação

⁵ O cenário descrito, de uma lógica de acumulação relacionada à informação (ou ao conhecimento, aos dados), no qual o *big data* está no centro, tem sido chamado de “capitalismo de vigilância” (Zuboff, 2021). Não iremos explorar o conceito por mera escolha; mas registre-se que essa possibilidade teórico-metodológica é também interessante para a análise do objeto aqui problematizado.

⁶ O levantamento do Reuters Institute, realizado em parceria com a University of Oxford, em 2023, envolveu mais de 300 líderes de empresas jornalísticas, atuantes em mais de 50 países e territórios.

⁷ “A automação de *back-end* tornou-se muito mais importante com o tempo. Apenas 29% disseram que essas aplicações de IA eram muito importantes quando fizemos essa pergunta na última pesquisa, há dois anos. O foco extra se deve, em parte, ao fato de os grandes modelos de linguagem [em inglês, *large language models*] (LLMs) que surgiram desde então oferecerem muitas novas oportunidades para acelerar e otimizar tarefas rotineiras na redação” (Newman, 2024, p. 27, tradução nossa).

⁸ Disponível em: <https://newsgpt.ai/> Acesso em: 12 mar. 2024.

⁹ Em seu texto de apresentação, lê-se: “Ao contrário das fontes de notícias tradicionais, o *NewsGPT* visa fornecer uma perspectiva imparcial. Sendo uma plataforma orientada por IA, depende de dados e algoritmos, e não de humanos, para gerar notícias, eliminando opiniões e agendas pessoais. Os espectadores são incentivados a ajudar nossa IA a aprender, reportando notícias falsas e compartilhando a verdade” (NewsGPT is..., 2024, online, tradução nossa).

(Newman, 2024, p. 32-33, tradução nossa);

- (4) para 2024, há a expectativa de que as ferramentas de IA se imiscuem – o relatório prevê que elas estarão “em todos os lugares” –, com veículos integrando-as à sua arquitetura. “Este ano, podemos esperar ver o surgimento de sofisticados assistentes de IA olhando por cima dos ombros dos jornalistas *e sugerindo formas de tornar as histórias mais interessantes, mais precisas ou mais relevantes*” (Newman, 2024, p. 30-31, tradução e grifo nossos);
- (5) os editores vislumbram a integração entre a IA e os trabalhos de checagem, além da criação de novas funções e de diretrizes no âmbito das redações, potencialmente coordenadas por jornalistas mais experientes – “figuras editoriais seniores”, conforme Newman (2024, p. 31, tradução nossa);
- (6) e, enfim, espera-se que os Estados estabeleçam regulações¹⁰ para o uso desse tipo de tecnologia, considerando as disputas eleitorais que se avizinham.

As preocupações das lideranças ouvidas pelo Reuters Institute estão centradas nos negócios e em particularidades que redundam na dimensão econômica do tema, como é o caso dos direitos autorais e, mesmo, da reputação da imprensa. A fala de Chani Guyot, editor do portal argentino *RED/ACCIÓN*, não deixa dúvidas: “A ruptura provocada pela IA aumentará os problemas do modelo de negócios. A experiência de pesquisa generativa¹¹ vai substituir algumas funções dos meios de comunicação” (Newman, 2024, p. 13, tradução nossa). Além disso, o documento evidencia que se, por um lado, há inquietações quanto à exposição à IA, por outro, também há assumidas inclinações ao seu uso. Significa dizer, de outro modo, que, apesar da falta de clareza sobre adoções do recurso tecnológico, os jornalistas a percebem como algo que deverão usar, se é que já não o fazem.

Em nível nacional, um compilado de artigos também voltado a discutir as tendências do ano – *O jornalismo no Brasil em 2024* –, capitaneado pela *Newsletter Farol Jornalismo*, em parceria com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), enfatiza as mesmas inquietações, embora mais sucintamente. Em sua apresentação, Moreno Cruz Osório (2023, online) diz, com certo otimismo, que, “precisaremos entender como a inteligência artificial pode beneficiar o nosso trabalho”, e “o primeiro passo é incorporá-la aos processos da profissão de maneira a colocá-la a serviço do jornalismo, e não o contrário”.

O texto da série brasileira que trata especificamente sobre inteligência artificial é assinado por Cristina Tardaguila (2023, online), fundadora da Agência Lupa. Em sua avaliação – também otimista, chegando a exortar: “Celebremos a IA” –, 2024 será marcado pela elaboração de guias que estabeleçam parâmetros para o uso da IA, deixando sobressair um *habitus* jornalístico que normalizou o modelo de produção amparado por manuais prescritivos, que organiza, mas, paradoxalmente, não dão muitas brechas ao exercício propriamente intelectual – livre, autônomo, não automatizado, presume-me –, porque criados como forma de controle da produtividade (Oliveira, 2013).

Assim como o relatório do Reuters Institute, a publicação brasileira ratifica que as dúvidas

¹⁰ As regras para o uso da IA perpassam dinâmicas internas e externas ao campo do jornalismo, principalmente porque incorrem em questões de natureza política. Daí a necessidade de legislar a seu respeito. No dia 13 de março de 2024, o Parlamento da União Europeia aprovou um marco regulatório pioneiro a respeito dos usos da IA; prevista para entrar em vigor em maio deste ano, a lei “divide a tecnologia em categorias de risco: baixo, médio, alto e inaceitável”, sendo este último caso passível de proibição (Teixeira, 2024, online). No Brasil, há dezenas de projetos em tramitação no Congresso, sendo que o mais avançado, proposto pelo Senado (PL 2.338/2023), também “define regras para categorização dos riscos eventualmente contidos nos sistemas de IA” (Amorozo, 2024, online).

¹¹ Em inglês, *search generative experience* (SGE).

sobre o uso da IA pelo jornalismo são operacionais. É a acomodação do campo aos *bots* que preocupa, isto é, a discussão sobre quais parâmetros adotar num processo já dado como certo. Amparada em levantamento do Nieman Lab, da Harvard University (Cools; Diakopoulos, 2023), Tardaguila (2023, online) afirma que pelo menos uma dúzia de diretrizes sobre uso de IA já foi produzida por redações mundo afora (sendo uma delas do site brasileiro *Núcleo Jornalismo*¹²), com indicações sobre “o que é terminantemente banido e o que é aceitável”. Na intenção de estimular os veículos brasileiros a criarem “seus respectivos manuais de redação para IA”, a jornalista considera insuficiente o que já foi elaborado, sendo ainda necessário enfrentar o que chama de “temas espinhosos”:

A pergunta inicial para quem topa dar esse passo e desenvolver seu guia para IA em 2024 talvez deva ser a seguinte: até que ponto o jornalista (estagiário, editor, repórter, fotógrafo, executivo, câmera...) poderá ser substituído pela máquina? E, como se essa não fosse espinhosa o suficiente, aí vem a segunda: quem, dentro da redação, ficará responsável por validar conteúdos gerados (mesmo que em parte) por IA? Segundo mostra o material organizado por Harvard, as principais redações do mundo tendem a ser contra a publicação de qualquer conteúdo artificialmente gerado sem revisão humana – o que é bom. Mas, num universo em que o jornalismo mais demite do que contrata, saber quem fará essa revisão e qual o tamanho dessa equipe parece passo vital e inevitável.

O prognóstico adverte que também é necessário investimento em *softwares* e em capacitação de jornalistas. Bastante em linha com os elementos trazidos à tona pelo Reuters Institute, essa análise não se opõe ao ajustamento da imprensa à tecnologia que desponta, revelando que a mídia hegemônica¹³ coopera para sua absorção – veja-se, por exemplo, o caso da Associated Press, que firmou acordo com a OpenAI, em 2023, “permitindo que parte selecionada de seu arquivo seja usada como modelo de linguagem para melhorar o robô”; e mesmo que haja certos embates, como do *New York Times*, que ameaçou processar a mesma empresa “por usar seu acervo jornalístico como fonte” (Tardaguila, 2023, online), o que está em jogo não é a IA, mas o resguardo de uma propriedade. Portanto, se tomarmos essas observações como termômetro das expectativas do campo jornalístico, podemos presumir que se está agindo para revestir sua produção com o que aparenta ser mais novo e mais atraente – ou, nos termos de Marx (2017, p. 146), para transformar o conteúdo jornalístico “numa coisa sensível-suprassensível”, isto é, atribuir-lhe o “caráter místico da mercadoria” –, ainda que isso pouco contribua para o exercício do jornalismo em si.

A subsunção da atividade dos jornalistas (pelo menos de quem trabalha em regimes de subordinação a normativas empresariais e, mais ainda, está em postos de liderança¹⁴) acarreta uma aceitação pouco conflituosa das regras estabelecidas pelo capital. Não por acaso, Marcondes Filho (2009, p. 103) nota que “a imprensa, à medida que vai se transformando em grande empresa capitalista, [...] tende cada vez mais a trabalhar seu produto segundo as

¹² Disponível em: <https://nucleo.jor.br/politica-ia/> Acesso em: 12 mar. 2024.

¹³ Por “mídia hegemônica” entendemos os meios de comunicação controlados por capitalistas – que geralmente são detentores de conglomerados – e geridos conforme a regra econômica do lucro e da acumulação de riquezas. Sua produção tem mais condições de atingir um grande público e de reverberar em rede. É o que também se convencionou denominar “grande mídia”, “mídia tradicional” ou “mídia comercial”.

¹⁴ É sintomático o relatório do Reuters Institute só considerar editores no levantamento que o embasa. Para além de escolha metodológica, essa estratégia evidencia a análise do modo de produção capitalista, no âmbito do qual os trabalhadores estão condicionados aos seus parâmetros – por isso, subsumidos. Os agentes do campo jornalístico em posições de liderança na grande mídia expressam não ideias originais, mas posicionamentos alinhados às empresas em que atuam e, no limite, ao próprio capital.

imposições estéticas da mercadoria” – como já vimos. Carlos Figueiredo (2019, p. 21), por seu turno, percebe uma contrariedade aí: ao mesmo tempo em que se enquadram em moldes predefinidos, esses sujeitos podem – dada a natureza intelectual de seu trabalho – estabelecer “limites à subsunção mais rígidos que os existentes em trabalhos manuais”; isso, contudo, exige que “suspendam o cotidiano’ [...] para repensarem sua rotina e seu papel na sociedade”. Em outras palavras, essa possibilidade corresponde a agir de modo independente, algo mais possível em “arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia” – ou simplesmente “novos arranjos” (Figaro; Nonato, 2017, p. 47) – do que na grande mídia.

As novas tecnologias utilizadas pelos grandes conglomerados para precarizar e cortar postos de trabalho podem ser apropriadas pelos jornalistas para produzir um novo tipo de jornalismo alinhado com ideais emancipatórios. Aqui, chamamos atenção para o aspecto contraditório das tecnologias, que, se por um lado são utilizadas para tornar o trabalho vivo cada vez mais supérfluo, podem ser apropriadas para derrubar as altas barreiras de entrada presentes na indústria das notícias (Figueiredo, 2019, p. 24).

Considerar o trabalho dos jornalistas como subsumido implica obrigatoriamente compreender que a adoção da IA como ferramenta não consiste em escolha individual – ou mesmo da categoria –, mas em imposição do sistema; exige, igualmente, reconhecer que há pouca autonomia nesse sentido (não à toa, evidenciou-se a euforia em torno da elaboração imediata de guias para condicionar a tecnologia aos interesses das empresas jornalísticas – portanto, em atendimento ao capital). As considerações para 2024 esboçadas pelo Reuters Institute e pelo consórcio brasileiro formado por *Farol Jornalismo* e Abraji acenam justamente para movimentações institucionais direcionadas a adotar a IA não para aliviar ou facilitar a rotina do jornalista, mas para fazê-lo “máquina da máquina”, como Marx sugere no capítulo 13 do primeiro livro d’*O capital*.

A comunidade LGBTQIA+ e os viesamentos da racionalidade técnica

Advertência recorrente nas abordagens críticas à IA é a de que ela não dá conta de filtrar preconceitos, abusos e outros equívocos contidos nos dados que manipula. Conquanto vá se aperfeiçoando com o tempo, incorporando correções feitas por usuários e programadores, essa tecnologia não tem a mesma capacidade de compreensão do contexto histórico, social e cultural em que é processada. Mais: por se valer de dados gerados por humanos – o que inclui conteúdos que podemos considerar inapropriados, porque carregados de visões limitadas e opressoras –, nem sempre consegue separar o que é correto daquilo que é eticamente inaceitável. Por isso mesmo, a discriminação contra grupos minorizados, presente no cotidiano social, tende a ser reproduzida pela máquina, inflando seus efeitos. Ora, a crise da racionalidade técnica, denunciada por Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985) na primeira metade do século XX, se mantém e, possivelmente, se intensifica, à medida que também se soma à crise estrutural do capital, discutida, entre outros autores, por István Mészáros (2009). As mais avançadas tecnologias, em operação para atender ao sistema, são incapazes de banir os conjuntos de comportamentos opressores – como o racismo e o machismo, bem como a LGBTQIA+fobia, expressão daquele último – sobre os quais o capitalismo se sustenta.

Tal percepção consoa com o debate lançado por Ruha Benjamin (2019, p. 77, tradução nossa) a respeito de como a tecnologia reforça desigualdades. Focalizando a questão racial, a autora trata do que intitula “discriminação por padrão” – *default discrimination* –, sob o argumento de que os códigos sociais recuperados pela inteligência artificial “refletem perspectivas e formas particulares de organização social que permitem a algumas pessoas se afirmarem – com seus pressupostos, interesses e desejos – sobre outras”. O mesmo faz Tarcízio da Silva (2020, p. 431), ao também se debruçar sobre a relação entre racismo e IA, atestando que os

“agentes artificiais que tomam decisões de visibilidade, acesso, classificação e processamento de materiais digitais” seguidamente apresentam problemas ligados a raça, gênero, classe, entre outros. Isso desagua no que se pode chamar de “opressão algorítmica”, conceito que o autor toma emprestado de Safiya Umoja Noble e que é resultado – no corte de raça – de uma “racialização tecnológica”. Semelhante, ainda, é o posicionamento de Diego Carneiro Costa (2020, p. 113), que tensiona a questão com as dissidências sexuais e constata haver uma “discriminação algorítmica por motivos relacionados à sexualidade”. Sua conclusão é a de que os *softwares* de IA são programados, “de forma consciente ou não”, para reproduzir “o padrão de normalidade” – no caso, o da cis-heteronormatividade.

O fato, portanto, é que não se pode pensar a IA como neutra ou imparcial. Logo, afirmações como a apresentada pelo *NewsGPT*, a de que se trata de um serviço livre do “preconceito humano”, não só são equivocadas como proporcionalmente inversas a suas reais possibilidades, uma vez que a tecnologia algorítmica se baseia em dados já marcados pela subjetividade humana. O nome disso é “viés no aprendizado de máquina”, que corresponde aos enviesamentos provocados durante a “alimentação (*inputs*)” da IA, “o que pode deixar os algoritmos parciais e viciados, sobretudo por conterem os vícios dos seus criadores” (Abreu; Furtado; Santos, 2022, p. 237). Uma demonstração de por que a inteligência artificial generativa pode reproduzir discriminações, tal como antecipado. E é evidente que são os grupos minorizados, já alvos de históricos e frequentes ataques, os mais atingidos por uma tecnologia que assimila discursos e até ações opressoras¹⁵.

No caso das LGBTQIA+, parece claro, pelo exposto, que sua luta contínua para superar a “moralidade sexual” – um dos princípios do conservadorismo, que vê movimentos integrados por esses atores políticos como ameaça ao “*status quo* patriarcal” (Biroli, 2020, p. 167 e 174) – defronta-se com um entrave a mais. Ou, talvez, uma potencialização dos obstáculos enfrentados pelo grupo para se fazer ver e para que seus direitos sejam garantidos. Num país como o Brasil, que lidera o ranking mundial de mortes violentas de pessoas identificadas com a referida sigla, principalmente de trans e travestis – foram 257 registros em 2023¹⁶ (Stanga, 2024, online) –, esse grupo social tem agora a seu desfavor uma mediação algorítmica – com processo de incorporação ao jornalismo em andamento – que perpassa (e reforça) as desvantagens que o sistema já lhe impôs. Consiste, em última análise, em mais um elemento do ciclo de violência e exclusão (Amparo *et al.*, 2020) a que está sujeito.

O endosso às problemáticas já apuradas no meio social corresponde ao que outrora vimos sob os rótulos de “opressão algorítmica” e “discriminação algorítmica”. A técnica passa por cima da dignidade humana e dos direitos fundamentais, assim como procede uma parcela significativa da população, que transita pela internet deixando rastros de seu preconceito e impondo visões de mundo restritas. É nesse sentido que se mostra correto o lembrete de Anderson Alves Abreu, Kathya Silva Furtado e Rennan Costa Santos (2022, p. 239): o contexto de “uma sociedade predominantemente homofóbica” – caso brasileiro – mostra-se “ideal para a criação de uma IA igualmente homofóbica, diante da quantidade massiva de *inputs* discriminatórios que é possível auferir ao se alimentar um sistema inteligente com os dados

¹⁵ Em março de 2024, um robô com feições humanas apalpou uma repórter de TV na Arábia Saudita, reproduzindo um gesto típico de uma cultura machista. “A situação causou constrangimento e repercutiu após a divulgação do vídeo em redes sociais. [...] Enquanto falava ao microfone, a repórter Rawya Kassem do jornal *Al Arabiya* foi alvo do movimento de Mohammad, nome dado ao robô. [...] A desenvolvedora do robô, empresa QSS, afirma que o produto é totalmente autônomo e que faz as ações de ‘forma independente, sem controle humano direto’. Em justificativa ao caso, a empresa afirmou ao jornal britânico *Metro UK* que não houve desvios de comportamento esperado, mas que adotará medidas para que pessoas não se aproximem dele dentro das áreas de movimento” (Cappi, 2024, online).

¹⁶ O número, alarmante, é subnotificado, já que não há dados oficiais a esse respeito. A cifra aqui indicada corresponde a levantamento voluntário realizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB).

do povo brasileiro”. Ainda que não seja programada com tal propósito, sua estética e sua linguagem serão, sem filtros adequados, imbuídas da discriminação preexistente.

A saída para mitigar esses vieses seria, do ponto de vista do jornalismo, a ação humana “lapidar” os dados raspados e processados pelos *softwares* de IA. Porém, a própria atuação da mídia hegemônica, mesmo sem intervenção algorítmica, tem falseado ao tratar de pautas LGBTQIA+. Bruno Souza Leal e Carlos Alberto Carvalho (2012, p. 5) consideram que essa população desafia as formas tradicionais do noticiário, tanto por sua diversidade quanto pelas condições em que se situam no mundo, porque se inscrevem “de modo peculiar nos regimes de poder, de luz e sombra, voz e silêncio que constituem a vida social”. A isso, acrescentaríamos as preconceções – muitas normatizadas – e os modos de produção jornalística canônicos que são incompatíveis com as demandas dos minorizados e oprimidos. De volta aos autores, o resultado de uma análise de veículos brasileiros que realizaram em 2008 revelou um tratamento “genericamente favorável” ao grupo em foco, mas, ainda assim, estereotipado:

Ainda que a pesquisa indique que a grande maioria das matérias [...] foi favorável às questões LGBT, isso não é garantia de tratamento igualitário dos sujeitos e temas e não exclui, como já dito, formas mais ou menos sutis de silenciamento. O tratamento das identidades LGBT sob o viés do comportamento sexual e da sociabilidade “festiva” indica um modo de ver que envolve a delimitação de um terreno a partir do qual tais identidades podem ser abordadas, algo coerente com a frequência da associação com os produtos culturais e as personalidades (Leal; Carvalho, 2012, p. 20).

Silenciamento – o mesmo que os mecanismos, especialmente institucionais, de (bio)poder imputaram a vidas por muito tempo mantidas à margem – é outro viés que a IA dificilmente irá ultrapassar, principalmente porque não se pode entendê-lo apenas “como recusa à voz ou à noticiabilidade”, mas também como peculiares “modos de composição narrativa/argumentativa, tais como a circunscrição de certos temas a terrenos específicos, como o tratamento ‘leve’ das questões LGBT” (Leal; Carvalho, 2012, p. 20), que ofuscam as identidades, as necessidades e as pautas do grupo, anulando-o em várias dimensões. Ao analisar como isso tem se dado em jornais impressos, Eder Luis Santana (2018, p. 183) verifica que o tema surge potencialmente sem expressivas demonstrações de cuidado em contextualizá-lo como resultado de uma conjuntura moldada em torno da discriminação, assim como ignora muitas das lutas empreendidas coletivamente. Ele nos diz: “O próprio ordenamento da narrativa, dentro dos padrões jornalísticos, é centrado nos fatos sem necessariamente ser produzido um potencial mais amplo de reflexão acerca do processo de exclusão construído historicamente aos LGBT”.

Difícil cogitar que a “revisão humana” dos conteúdos gerados por IA – reivindicada como necessidade pelos representantes da grande mídia (Tardaguila, 2023) – reverta o padrão que a própria atividade humana não tem suplantado, especialmente quando se trata do resultado de um trabalho tomado como motor do capital – portanto, nos seus termos. Ao contrário, o que vimos de expectativas a curto prazo, por parte dos editores, revela uma corrida competitiva sob o signo da inovação (Newman, 2024), na qual a forma dada ao jornalismo contribui para atribuir valor e mais-valor a sua mercadoria, conforme a obra marxiana compreendeu desde o século XIX. Tornando-se “máquinas da máquina”, jornalistas não fazem mais que oferecer o mesmo produto de sempre, com roupagem renovada, já que a oferta tecnológica não resolve as violências e as exclusões que afetam pessoas LGBTQIA+. No afã de encaixar tecnologia nova em seu fazer, profissionais da imprensa – principalmente da que podemos chamar de *mainstream* – reforçam o *status quo* e, salvo raras exceções, pouco ajudam a eliminar preconceitos e, principalmente, fazer pensar sobre os motivos da desigualdade de posições na sociedade ou sobre questões afins.

Enquanto atividade subsumida, e a medir pelo que os agentes dominantes do campo projetam

para si, o jornalismo não parece ter meios para driblar a lógica sistêmica. Apenas em espaços de resistência, como nos “novos arranjos”, que já operam na contramão do capital – ou, minimamente, nas suas brechas, buscando transgredir as imposições desta era dominada por algoritmos –, é que parece haver lugar para um agir diferente. Ocorre, contudo, que nesse âmbito a IA certamente não será, ou não está sendo, processada nos mesmos padrões da mídia hegemônica, quer em razão de questões econômicas – como acesso a certos programas computacionais –, quer por ideologia. Assim sendo, se queremos pensar caminhos para uma relação solidária e realmente aberta à diversidade, entre jornalistas e comunidade LGBTQIA+, com ou sem o atravessamento da tecnologia, precisamos olhar mais para os *outsiders*, e com eles aprender, enquanto mantemos postura vigilante diante da mídia que absorve a perversidade do sistema sem grande pudor.

Na falta de conclusão, um exemplo

A reflexão tecida até aqui já seria suficiente ao nosso propósito. No entanto, vale a pena discorrer brevemente sobre um exemplo que veio à tona enquanto elaborávamos este texto. Em sua edição de 16 de fevereiro de 2024, a revista *Veja* publicou mais uma de suas manchetes tendenciosas, disfarçada de objetiva, jogando com palavras para criticar o que chama de “cartilha do politicamente correto sem limites”, algo rotulado por conservadores como “cultura *woke*” e que questiona os esforços de grupos minorizados para exterminar preconceitos, tratando-os como um patrulhamento desmedido. A imagem de capa, gerada por IA, apresenta um homem com expressão irada, vestindo uma camiseta coberta parcialmente por botons – quatro com as cores do arco-íris, símbolo do movimento LGBTQIA+ – e com o dedo indicador em riste (Figura 1). O dado curioso é que sua mão tem seis dedos, algo que os editores provavelmente não perceberam a tempo de corrigir. Ao explorar o que qualifica como “exagero da patrulha”¹⁷, a semanal presta desserviço à sociedade, e em paralelo a isso demonstra não ter muita aptidão para enfrentar os percalços da tecnologia generativa.

¹⁷ Diversos comentários críticos a esse episódio foram publicados em redes sociais e portais. O jornalista Camilo Vannuchi, por exemplo, comentou, em sua conta do Instagram, com tom irônico: “Exagero é fazer uma capa usando inteligência artificial e não perceber que a mão do rapaz tem seis dedos”. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C3do7K1PGE-/?igsh=Zmh0c2dlMzFldmFw> Acesso em: 16 fev. 2024.

Figura 1: Capa da revista *Veja* (16 fev. 2024)



Fonte: Reprodução.

Se não tem sequer condições de identificar um erro grosseiro em uma imagem que ocupa toda uma mancha gráfica, e já comprovando pouco interesse em combater as desigualdades – como pode ser possível chamar de “louvável propósito de banir o preconceito da sociedade” e ao mesmo tempo desqualificar essas ações? –, a mídia hegemônica dá sinais de que terá certa dificuldade (desinteresse, talvez?!) em administrar os vieses da IA que já põe em pedestal. O fetiche da tecnologia nova predomina sobre o exercício criterioso, resultando em usos – como o de *Veja* – menos atentos aos contributos oferecidos pela máquina ao jornalismo como prática de interesse público que à forma da mercadoria jornalística dedicada a atrair pelo ineditismo.

Reconhecemos que o caso trazido aqui como ilustração não dá conta de fazer generalizações, e nossa intenção nem é esta. Além do mais, o que situamos criticamente neste texto não tem como foco apenas eventuais tropeços, como o que a capa da revista revela, mas fundamentalmente a inclinação sistêmica – reforçada pela IA, se não houver intervenção adequada – em reproduzir ataques a grupos desviantes dos padrões impositivos. Todavia, percebemos o exemplo como sintoma das questões debatidas previamente, um aceno ao desafio que se apresenta ao jornalismo.

Assim como o personagem Gregor Samsa enfrentou turbilhões depois que acordou naquela manhã estranha, os jornalistas que estão despertando para a IA terão muitos enfrentamentos pela frente, seja para subverter as engrenagens que desfavorecem a sociedade – com especial incidência sobre os grupos minorizados – ou, mesmo, para manter seu trabalho subsumido. Seu destino dependerá dos próximos capítulos, que, tal como na imaginação de Kafka, propendem a ser labirínticos.

Referências bibliográficas

ABREU, Anderson Jordan Alves; FURTADO, Kathya Cristhyna Silva; SANTOS, Rennan Kevim Costa. Inteligência artificial e preconceito de identidade de gênero: o problema do viés na construção das IA's e a perpetuação das discriminações em sociedades previamente

discriminatórias. **Revista COR LGBTQIA+**, Curitiba, v. 1, n. 3, p. 228-246, jul. 2022.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AMOROZO, Marcos. Congresso tem pelo menos 46 projetos de lei para regulamentar do uso de inteligência artificial. **CNN Brasil**, 18 fev. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/congresso-tem-pelo-menos-46-projetos-de-lei-para-regulamentar-do-uso-de-inteligencia-artificial/> Acesso em: 16 mar. 2024.

AMPARO, Thiago *et al.* (Coords.). **A violência LGBTQIA+ no Brasil**. São Paulo: FVG Direito SP, 2020.

BENJAMIN, Ruha. **Race After Technology**: Abolitionist Tools for the New Jim Code. Medford: Polity Press, 2019.

BIROLI, Flávia. Gênero, “valores familiares” e democracia. *In*: BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C.; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 135-187.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo. A reconfiguração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-78, dez. 2002.

CAPPI, Lis. Robô controlado por inteligência artificial apalpa repórter na Arábia Saudita. **SBT News**, 9 mar. 2024. Disponível em: <https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/tecnologia/robo-controlado-por-inteligencia-artificial-apalpa-reporter-na-arabia-saudita> Acesso em: 16 mar. 2024.

COOLS, Hannes; DIAKOPOULOS, Nicholas. Writing guidelines for the role of AI in your newsroom? Here are some, er, guidelines for that. **Nieman Lab**, 11 jul. 2023. Disponível em: <https://www.niemanlab.org/2023/07/writing-guidelines-for-the-role-of-ai-in-your-newsroom-here-are-some-er-guidelines-for-that/> Acesso em: 20 fev. 2024.

COSTA, Diego Carneiro. **O viés do algoritmo e a discriminação por motivos relacionados à sexualidade**. 2020. 175 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

FIGARO, Roseli; NONATO, Claudia. Novos ‘arranjos econômicos’ alternativos para a produção jornalística. **Contemporânea – Comunicação e Cultura**, Salvador, v. 15, n. 1, p. 47-63, jan./abr. 2017.

FIGUEIREDO, Carlos. Jornalismo e economia política da comunicação: elementos para a construção de uma teoria crítica do jornalismo. **Âncora – Revista Latino-Americana de Jornalismo**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 12-28, jan./jun. 2019.

KAFKA, Franz. **A metamorfose**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KAUFMAN, Dora. **A inteligência artificial irá suplantar a inteligência humana?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2018.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto. A grande mídia brasileira e identidades LGBT: um retrato em 2008. **Diálogos de la Comunicación**, [S.l.], n. 84, p. 1-24, jan./jun. 2012.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista**: a língua como barbárie e a notícia como mercadoria. São Paulo: Paulus, 2009.

MARKUN, Pedro; MARKUN, Paulo. Vida ameaçada, tecnologia sem controle: o que diz quem pede para parar a IA. **Tilt UOL**, 1 abr. 2023. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/colunas/pedro-e-paulo-markun/2023/04/01/abaixo-assinado-para-parar-o-desenvolvimento-de-inteligencia-artificial.htm> Acesso em: 27 fev. 2024.

MARQUES DE MELO, José. **História do jornalismo**: itinerário crítico, mosaico contextual.

São Paulo: Paulus, 2012.

MARTINS, Lígia Márcia. As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico-dialético e as abordagens qualitativas em pesquisa. *In*: TULESKI, S. C.; CHAVES, M.; LEITE, H. A. (Orgs.). **Materialismo histórico-dialético como fundamento da psicologia histórico-cultural**: métodos e metodologias de pesquisa. Maringá: Eduem, 2019. p. 25-36.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

NEWMAN, Nic. **Journalism, Media, and Technology Trends and Predictions 2024**. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, University of Oxford, 2024.

NEWSGPT IS. **NewsGPT**, [2024]. Disponível em: <https://newsgpt.ai/about-us/> Acesso em: 27 fev. 2024.

OLIVEIRA, Michelle Roxo de. O projeto de reestruturação do trabalho jornalístico na *Folha de S.Paulo*: racionalidade e gerenciamento. **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 159-179, dez. 2013.

OSÓRIO, Moreno Cruz. Crise climática vai atravessar o jornalismo e exigirá cobertura atenta e abrangente em 2024. **Newsletter Farol Jornalismo**, 10 dez. 2023. Disponível em: <https://faroljornalismo.substack.com/p/crise-climatica-vai-atravesar-o> Acesso em: 27 fev. 2024.

PAUSE Giant AI Experiments: An Open Letter. [S.l.], 22 mar. 2023. Disponível em: <https://futureoflife.org/open-letter/pause-giant-ai-experiments/> Acesso em: 9 mar. 2023.

SANTANA, Eder Luis. **LGBT como pauta do jornalismo**: visibilidades e limitações. Salvador: Devires, 2018.

SILVA, Tarcízio da. Visão computacional e racismo algorítmico: branquitude e opacidade no aprendizado de máquina. **Revista da ABPN**, Curitiba, v. 12, n. 31, p. 428-448, fev. 2020.

STANGA, Isabela. Brasil registra 257 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ em 2023. **Correio Braziliense**, 23 jan. 2024. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2024/01/6791647-brasil-registra-257-mortes-violentas-de-pessoas-lgbtqia-em-2023.html> Acesso em: 16 mar. 2024.

TARDAGUILA, Cristina. 2024: o ano em que faremos manuais de redação para uso de IA. **Newsletter Farol Jornalismo**, 10 dez. 2023. Disponível em: <https://faroljornalismo.substack.com/p/2024-o-ano-em-que-faremos-manuais> Acesso em: 27 fev. 2024.

TEIXEIRA, João de Fernandes. **Inteligência artificial**. São Paulo: Paulus, 2009.

TEIXEIRA, Pedro. Parlamento Europeu aprova regulação de inteligência artificial. **Folha de S.Paulo**, 13 mar. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2024/03/parlamento-europeu-aprova-regulacao-de-inteligencia-artificial.shtml> Acesso em: 16 mar. 2024.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira -de poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.